

13. Proposta de Resolução

TEMA: FORMAÇÃO DE SERVIDORES

PROPONENTES: Maria Eunice Barbosa da Silva - Soraia Garcia Marca - João Victor Fernandes de Albuquerque - Andréa Regina da Fonseca Capellão - Luís Amauri Pinheiro de Souza - Carla Nascimento - Neli Costa Rosa - Fernanda Guimarães Lauria - Marilene de Fátima dos Santos - Pietro Coelho Barbosa Valério - Abílio Fernandes das Neves Neto - Mara Mendes Ferreira Paparella

Considerando a divulgação da minuta da nova Resolução 63 do CSJT, revelou-se um cenário de desvalorização do servidor, no qual o assistente de juiz e o de gabinete ficam ligados ao juiz. Os demais (exceto os contadores, agora “contabilistas”) ficarão sem FC, ligados ao Diretor (CJ3).

É neste cenário que se propõe que a Escola Judicial faça a formação tanto de juízes quanto de servidores (art. 14, § 2º da minuta). No Rio de Janeiro, está em estudo uma proposta para que a EJ absorva a ESACS (Escola de Capacitação dos Servidores). É evidente o descaso com a formação dos servidores, em especial dos que “fazem trabalho repetitivo e devem ficar por aí sem função”. É tão evidente este descaso que, caso essa emenda seja aprovada, os tribunais de grande porte terão no máximo 0,5% do total de servidores e magistrados nas Escolas Judiciais, ou seja, sendo um total de 4 mil, poderão ter até 20 servidores. Hoje a ESACS-RJ tem 19 servidores. A experiência acumulada ao longo de 15 anos na formação e capacitação de servidores será perdida. A nova Escola Judicial, mesmo que agregue uns poucos remanescentes da ESACS, jamais irá realizar o trabalho hoje desenvolvido na formação dos servidores.

A). Assim, reunião da Ampliada da Fenajufe aprova a luta pela manutenção da ESACS do TRT1 independente da Escola Judicial e para transformá-la em um modelo a ser adotado por todos os TRTs. Temos que derrotar a visão futurista de alguns membros da cúpula do Judiciário. A mesma visão que fez extinguir a FC de encarregado de protocolo assim que surgiu o PJE, pois não mais haveria atendimento de balcão. Resultado: perderam-se uma experiência acumulada e um atendimento de excelência, que passou a ser feito por todos os servidores. Vamos resistir: erguer em cada lar a bandeira “o desmonte da Justiça do Trabalho não passará”.